

RAÇA E ETNIA

Se queremos pensar outro modelo de cidade não o podemos fazer sem pensar a questão racial, o funcionamento do espaço urbano, assim como toda a sociedade brasileira, é fruto de um país com passado escravocrata e presente racista, baseado na desigualdade racial. A cidade de Juiz de Fora não é diferente, aqui foi residia a maior população escravizada de Minas gerais, que foi a maior província escravista do país. Em 1855 a população de Juiz de Fora era composta por 6466 pessoas, sendo que destas 4025 eram cativos.

Após a abolição, a situação dos negros no país - e também na região de Juiz de fora- era de profunda exclusão social, os negros libertos sem a garantia das mínimas condições de acesso ao trabalho e sem recursos materiais para a sua manutenção, enquanto que a preocupação da elites brasileiras era garantir o embranquecimento da população, o que causou a vinda de milhares de imigrantes europeus que ocuparam a maior parte dos postos de trabalho. O fato de que muito se reivindica na cidade as origens de imigrantes europeus e suas contribuições para o desenvolvimento da cidade tem por detrás as faces de uma política nacional de embranquecimento que também toma forma nessa região.

A maior parte da população negra que residia em Juiz de Fora no período do pós abolição continuou morando e trabalhando nas fazendas cafeeiras, mas após 1920, com o declínio do café, se viram impelidos a morar na cidade em busca de mais oportunidades de emprego, aí se deparando com o fato de que a região central da cidade já estava ocupada pelos imigrantes. Foi a partir daí que bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito nasceram, orbitando o centro da cidade e acumulando em si a população negra que não conseguia emprego nas fabricas ocupadas pelos imigrantes brancos e que se via obrigada aos trabalhos informais e autônomos. Tudo isso contribuiu para a construção de um cenário de exclusão social e espacial da população negra.

Atualmente, uma pesquisa elaborada pela Defesa Civil que realizou um levantamento étnico racial nas 42 áreas consideradas de risco ambiental, identificou que das 35.986 pessoas que estão sujeitas aos desastres ambientais, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas. Além disso devemos considerar que os bairros com maiores taxas de violência são os bairros de maioria negra, demonstrando que Juiz de Fora faz coro com o restante do país no que tange a mortalidade crescente da juventude negra e periférica.

Todas essas questões levaram Juiz de Fora se tornar a terceira cidade no país, e a primeira no Estado de Minas Gerais, com o pior índice de desigualdade entre negros e brancos, ficando atrás somente dos municípios de Niterói (RJ) e Porto Alegre (RS). Os negros (pretos e pardos) juiz-foranos representam cerca de 44% da população total da cidade e ainda assim o Conselho Municipal para Promoção de Igualdade Racial COMPIR e o Fundo Municipal para promoção da igualdade Racial FUMPIR foram criados apenas no ano de 2014. E mesmo assim contam com grande deficiência de atuação na cidade.

É por essas questões e por compreender que é impossível construir outro modelo de cidade, uma cidade solidária, sem que tenhamos políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas de desigualdade étnico-racial em Juiz de Fora.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Fortalecer e acompanhar os trabalhos do Conselho Municipal para Promoção de Igualdade Racial e o Fundo Municipal para promoção da igualdade Racial** garantindo assim que esses órgãos possam organizar e estruturar políticas públicas, atividades e eventos que visem a promoção da igualdade racial.
- **Implementar um Plano Municipal de Políticas de Igualdade Racial**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, principalmente dos setores da periferia e do movimento negro da cidade.
- **Promover ações de valorização das memórias, contribuição históricas e culturais da população negra** na história da formação da cidade de Juiz de Fora, rompendo com a ideia de que a cidade foi construída apenas por imigrantes europeus.
- **Restabelecer a função social da propriedade como a diretriz fundamental do sistema de planejamento socioambiental do município** a partir da discussão de um plano diretor que leve em consideração a realidade de segregação espacial e racial da cidade e que tenha como objetivo a garantia de democratização do espaço urbano, direito à moradia e ao lazer.
- **Promover a equidade étnico-racial nas políticas de saúde da cidade**, a partir dos parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, promovendo cursos de formação sobre as especificidades das minorias étnico-raciais, capacitando os servidores e gestores da saúde pra lidar com as questões específicas dessa população;
- **Construir um programa de Educação Antirracista** nas escolas da rede municipal, a partir de cursos de capacitação dos profissionais da educação para que possam trabalhar esse tema na sala de aula, transformando assim o espaço escolar em um espaço de combate constante ao preconceito racial;
- **Implantação reserva de vaga** de 30% para negros nos concursos públicos do município;
- **Desenvolvimento de programas que visem promover atividades de acesso ao lazer, esporte e cultura** em todos os bairros da cidade, construídos a partir da demanda e do diálogo com a população.